



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROTOCOLE-SE

Inclua-se no Expediente

13 de maio de 1993

Of. nº 168/93-GP

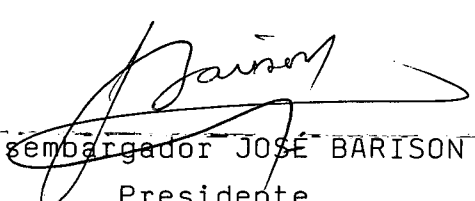
Porto Alegre, 05 de maio de 1993. ^{Secretário}

SENHOR PRESIDENTE:


Tendo em vista os termos do artigo 215, § 2º do Regimento Interno deste Tribunal, comunico-lhe que o egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em sessão do dia 03 de maio p.p., apreciando a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 592097182 em que são partes o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Novo Hamburgo, proponente; Câmara Municipal de Vereadores de Novo Hamburgo, requerida; Exmo. Sr. Dr. Procurador-Geral do Estado, interessado, proferiu a seguinte decisão: "À unanimidade, rejeitadas as preliminares, em votação majoritária, julgaram procedente a ação direta e declararam a inconstitucionalidade do art. 1º, da Lei nº 06, de 18.06.63, do Município de Novo Hamburgo, vencidos os Des. Tesheiner e Milton Martins".

Oportunamente enviarei cópia do acórdão.

No ensejo, apresento-lhe minhas cordiais saudações.


Desembargador JOSÉ BARISON
Presidente

Ilustríssimo Senhor
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
NOVO HAMBURGO - RS

PROTOCOLO
DOC. Nº 153
12 MAI 1993
 CHEFE DEPTO. EXPEDIENTE

recebido entregue em 12/5/93



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROTOCOLE-SE

Inclua-se no Expediente

19 de outubro de 1993

Secretário

Of. nº 375/93-GP

Porto Alegre, 16 de setembro de 1993.

PROTOCOLO
DDC. Nº 306/93
18 OUT 1993
[Assinatura]
CHEFE DEPTO. EXPEDIENTE

SENHOR PRESIDENTE:

Envio-lhe, em anexo, cópia reprográfica do acórdão proferido na Ação Direta de inconstitucionalidade nº 592097182, de Porto Alegre, onde figura como proponente o Exmo. Sr. Prefeito Municipal desse Município e como requerida essa Colenda Câmara Municipal.

Na oportunidade, renovo-lhe minhas cordiais saudações.

[Assinatura]
Desembargador JOSÉ BARISON,
Presidente

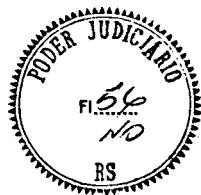
AO

ILMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE NOVO HAMBURGO

N/ESTADO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DAE

FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

Lei municipal reduzindo o tempo de serviço para os servidores municipais. Vício de iniciativa e inconstitucionalidade material de forma cumulativa. Se a lei já era inconstitucional frente à carta anterior, e persiste a inconstitucionalidade frente à atual, nada obsta que através da ADIN se proclame a inconstitucionalidade. Preliminares rejeitadas.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

PROCESSO Nº 592.097.182

EXMO.SR.PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO
HAMBURGO,

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE
NOVO HAMBURGO,

EXMO. SR. DR. PROCURADOR-GERAL DO
ESTADO,

TRIBUNAL PLENO

PORTO ALEGRE

PROPONENTE;

REQUERIDA.

INTERESSADO.

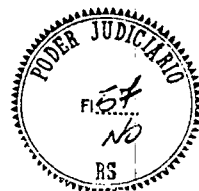
A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam, os integrantes do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, à unanimidade, rejeitar as preliminares, e em votação majoritária, julgar procedente a ação direta e declarar a inconstitucionalidade do art. 1º, da Lei nº 06, de 18.06.63, do Município de Novo Hamburgo. Vencidos os Des. Tesheiner e Milton Martins, tudo de conformidade e pelos fundamentos constantes das inclusas notas taquigráficas que integram o presente acórdão.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ADI Nº 592.097.182

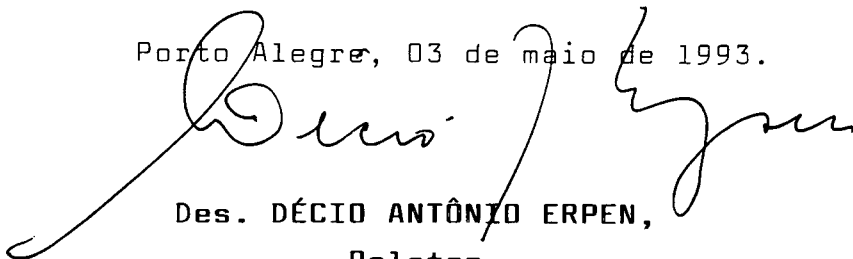


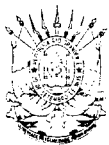
02.

Custas na forma da lei.

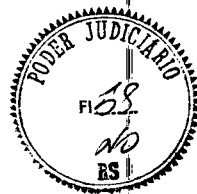
Participaram do julgamento, além do signatário, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores José Barison, Presidente, Milton dos Santos Martins, Gervásio Barcellos, Cristovam Daiello Moreira, Néelson Oscar de Souza, Adroaldo Furtado Fabrício, Oswaldo Proença, Luiz Melíbio U. Machado, Ruy Rosado de Aguiar Junior, Egon Wilde, João Aymoré Barros Costa, Cacildo de Andrade Xavier, Alfredo Guilherme Englert, Tupinanbá M.C. do Nascimento, Guilherme O. de Souza Castro, Clarindo Favretto, Nilo Wolff, Talai Djalma Selistre, José Maria Rosa Tesheiner, Luiz Felipe Azevedo Gomes e Araken de Assis.

Porto Alegre, 03 de maio de 1993.


Des. DÉCIO ANTÔNIO ERPEN,
Relator.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ADIN Nº 592097182



03.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

TRIBUNAL PLENO

PROCESSO Nº 592.097.182

PORTO ALEGRE

EXMO.SR.PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO
HAMBURGO,

PROPONENTE;

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE
NOVO HAMBURGO,

REQUERIDA.

EXMO.SR.DR.PROCURADOR-GERAL DO ES-
TADO,

INTERESSADO.

R E L A T Ó R I O

DES.DÉCIO ANTÔNIO ERPEN(RELATOR) - O Senhor Prefeito Municipal de Novo Hamburgo, ajuizou ação direta de inconstitucionalidade do ato da Câmara Municipal de Novo Hamburgo, fazendo-o com fundamento no art. 95, § 2º, inc. III, da Constituição Estadual, e visando a Lei Municipal nº 06, de 18.06.63. Esta garante ao servidor público municipal com mais de vinte e cinco anos de serviço público e, no mínimo, dez anos de ininterrupto exercício efetivo do cargo, o direito de, para fins de aposentadoria, contar o tempo ficto de mais cinco anos, e assim estaria violando o art. 40, § 1º da Constituição Federal. Pleiteou liminar para sustação dos efeitos da lei impugnada. Juntou documentos.

A liminar foi concedida, sendo notificado o Presidente da Câmara Municipal e citado o Dr.Procurador-Geral do Estado.

O primeiro, em suas informações, levantou a impossibilidade jurídica do pedido, a partir do art. 102, inc. I, alínea "a", da CF, por se tratar de inconstitucionalidade de lei municipal face a mesma Constituição. Depois, aduz o descabimento da pretensão de se declarar inconstitucionalidade de lei anterior à Constituição vigente.

O segundo compareceu em defesa da lei im



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ADIN Nº 592097182



04.

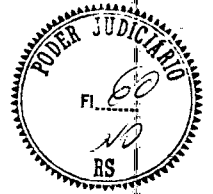
pugnada, arguindo a incompetência desta Corte, por se tratar de vício existente face à Constituição Federal. Lembra, a propósito, liminar concedida pelo STF na ADIN Nº 409-3, que ordenou se abstivesse, este Tribunal, até o julgamento definitivo da questão no Pretório Excelso, de conhecer ações de tal natureza. Diz, ainda, que a disposição impugnada foi revogada pelo art. 40, § 1º, da Carta Maior em vigor, e refere que somente lei complementar poderá excepcionar as hipóteses contidas nas letras "a" e "c" do inc. III do mencionado art. da CF (§ 1º), e mesmo assim apenas quando se tratar de atividades penosas, insalubres ou perigosas. Concluiu pleiteando o não-conhecimento da ação, por não contemplada no texto maior esta espécie de declaração de inconstitucionalidade, e tanbém por ser inconstitucional o art. 95, inc. II, letra "a", última parte, da Constituição do Estado, ou a suspensão do processo até o julgamento definitivo, no STF, da ADIN nº ... 409-3. Se desacolhidas essas preliminares, postulou o indeferimento da inicial face à impossibilidade jurídica do pedido, a teor do art. 295, inc. I, § único, III, do CPC.

Veio aos autos o parecer do Dr. Procurador-Geral de Justiça, manifestando-se, de início, pela rejeição da preliminar de incompetência do juízo, por se tratar de inconstitucionalidade de ato normativo municipal frente ao art. 38, § 1º, da Constituição Estadual, de teor idêntico ao do texto constitucional federal. Preconiza, todavia, o não-conhecimento da ação, porque o diploma legal impugnado é anterior à Constituição Federal de 1988 e à Carta Estadual de 1989. Lembra, a propósito, precedente do STF na ADIN nº ... 438-7, em que se decidiu pelo não cabimento de ação direta de inconstitucionalidade dita superveniente, quando o caso seria de mera e implícita revogação das leis ou atos normativos anteriores à nova Constituição. Tal orientação vingou, também, nesta Corte (ADIN nº 591018296).

É o relatório.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ADIN Nº 592097182



V O I O

05.

DES.DÉCIO ANTÔNIO ERPEN(RELATOR) - Sr. Presidente, rejeito a preliminar de impossibilidade de esta Corte apreciar o tema porquanto o art. 38, da Carta Estadual cuida do tempo de serviço, e em seu § 1º aventa à hipótese de se instituírem exceções aos princípios gerais, mas restritamente a certas atividades, e tudo carecendo de Lei complementar.

Então se cuida de enfrentar inconstitucionalidade de lei municipal frente a Carta estadual.

Não é o caso de inviabilidade jurídica do pedido, nem de suspensão do julgamento.

O Ministério Público aventa à outra abice de vez que a lei impugnada é de 1963, e foi promulgada pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

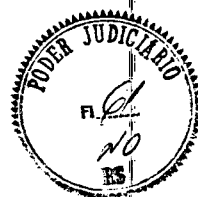
É correto haver esta Corte, em mais de uma oportunidade proclamado que a ADIN só é cabível se a inconstitucionalidade ocorrer frente à Carta atual, e nunca relativamente à anterior.

No caso, a inconstitucionalidade já existia frente à Carta revogada, mas subsiste frente à atual. Era inconstitucional e continua sendo, daí porque, mesmo avertendo à hipótese de revogação, estaria propenso a me pronunciar sobre o mérito, com isso afastando o entulho legislativo, pois do contrário a Municipalidade seria compelida a afrontar a lei para, no contraditório provocar um incidente que culminaria em ser dirimido neste Tribunal e por este Órgão colegiado.

Na espécie, além da afronta ao art. 38 que não cuida do tempo ficto de serviço, sendo inconstitucional por ferir princípio de direito material, ainda assim sofreria o vício de iniciativa como se vê do art. 60 da CE, em seu inciso II, b) de vez que se cuida de tema referente a regime jurídico dos servidores, além de importar em aumento de despesa, via oblíqua porquanto a aposentadoria precoce importa na necessidade de prover o cargo correspondente com outro servidor. A iniciativa, em tais casos foi e é do chefe do Executivo. (Art. 61), em especial porque não há previsão de receita para suprir a lacuna.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ADIN Nº 592097182



06.

Ademais, não há como se sustentar a tese de revogação se a lei vigente já era incompatível com o sistema constitucional da época. E se se cuida de revogação, como pensam alguns, a lei impugnada produziria efeitos até a data do preceito que a teria revogado, inobstante inconstitucional. E se se cuida de inconstitucional desde o nascedouro, nenhum efeito útil poderá produzir.

Há então um sentido prático assaz relevante na esfera jurídica, daí porque acolho a arguição para proclamar a inconstitucionalidade do art. 1º da Lei Municipal do Município de Novo Hamburgo, lei essa de número 6/63.

Custas de lei. Sem honorários.

OS EXMOS SRS.DES.JOÃO AYMORÉ BARROS COSTA, CACILDO DE ANDRADE XAVIER, ALFREDO GUILHERME ENGLERT, TUPINAMBÁ M.C.DO NASCIMENTO, GUILHERME O.DE SOUZA CASTRO, CLARINDO FAVRETTO,NILÓ WOLFF E TALAI DJALMA SELISTRE, com o eminente Relator.

DES.JOSÉ MARIA ROSA TESHEINER - Acolho a preliminar do Ministério Público. Julgo a ação incabível no caso.

OS DES. LUIZ FELIPE AZEVEDO GOMES E ARAKEN DE ASSIS, com o eminente Des. Erpen.

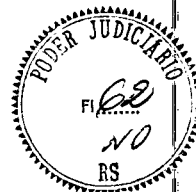
SR.PRESIDENTE(DES.JOSÉ BARISON) - Embora os termos do voto proferido pelo eminente Relator, vejo cabível ainda o seguinte fundamento: a revogação da ação importa na manutenção dos efeitos até então produzidos. A declaração de inconstitucionalidade da lei tem efeito "ex tunc" - apaga todo o passado. E esta lei, que continua inconstitucional, produziu efeitos, o que jamais poderia ser considerado se não se admitir a possibilidade da ação direta, porque, num eventual incidente de inconstitucionalidade - e há caso conhecido e deferido -, os efeitos seriam específicos entre as partes da lide.

Nessa conformidade, de inteiro acordo com o eminente Relator.

DES.MÍLTON DOS SANTOS MARTINS - Sr. Presidente, entendo revogada desde a Constituição anterior. De modo que entendo, a es



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ADIN Nº 592097182



07.

esta altura, sem objeto declarar a inconstitucionalidade.

Acompanho o Des. Tesheiner.

DES.GERVÁSIO BARCELLOS - Acompanho o eminente Relator, com os doutos suprimentos de V.Exa.

DES.CRISTOVAM DAIELLO MOREIRA - Acompanho o Relator.

DES.NÉLSON OSCAR DE SOUZA - Sr. Presidente, doutrinariamente parece-me correta a posição dos eminentes Des. José Tesheiner e Milton Martins. Mas, no caso concreto, e considerando a natureza da matéria de que estamos tratando, que deve estar acarretando ao Município de Novo Hamburgo sensíveis prejuízos pela alteração profunda que se verifica na contagem de tempo de serviço, que deve estar ocorrendo naquela municipalidade, eis que a lei é de 1963, julgo a ação procedente no caso concreto, exclusivamente pelos fundamentos expostos por V.Exa.

DES.ADROALDO FURTADO FABRÍCIO - Sr. Presidente, tive ocasião anteriormente de votar sobre a matéria e rejeitei preliminar semelhante, inclusive em termos mais largos. Não indago, sequer, se a lei já era e continua a ser, ou não era e passa a ser inconstitucional, ou era e deixa de ser em face da atual Constituição, porque, mesmo que se possa caracterizar - como parece sustentar a preliminar - a chamada revogação da lei por disposição incompatível da Constituição nova, essa revogação é revogação por inconstitucionalidade, conforme tive ocasião de salientar em votos anteriores e, portanto, a declaração que se há de fazer é declaração de inconstitucionalidade, inconstitucionalidade que conduz a uma forma especial de revogação, mas que nem por isso deixa de ser contraste entre a lei infraconstitucional e as disposições da Carta Maior.

Tenho ponderado também que essa interpretação ou essa solução pretoriana que tenho defendido atende, de modo mais efetivo e mais consentâneo, às finalidades do próprio instituto da declaração direta de inconstitucionalidade, porque, se denegarmos o controle concentrado em hipóteses que tais, estaremos frustrando o objetivo, frustrando a base te-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ADIN Nº 592097182



08.

leológica mesmo da ação declaratória de inconstitucionalidade enquanto instituto processual constitucional, já que ela serve precisamente para impedir a reprodução múltipla de arguições caso a caso, "incidenter tantum", da inconstitucionalidade em cada um dos processos que se apresentarem.

Então, quando tivéssemos essa hipótese que alguém aqui chamou, se não me engano, de inconstitucionalidade superveniente, nós denegariamos a ação direta declaratória de inconstitucionalidade e, com isso, submeteríamos as partes à necessidade de invocar, a cada vez que se apresentasse, em casos concretos, a eventual incidência da lei, a provocação do incidente de inconstitucionalidade, quer dizer, haveríamos de buscar o caminho mais difícil, mais longo, mais complicado, quando dispomos daquele mais curto e que já se apresenta aberto, uma vez que a ação direta está proposta.

Os objetivos práticos da jurisdição e, especialmente, os dessa ação declaratória de inconstitucionalidade para controle direto são, assim, inteiramente atendidos, e não vejo nada em que a hipótese seja incompatível com as suas finalidades e com a sua regulação, embora não pense assim o egrégio Supremo Tribunal Federal.

Rejeito a preliminar e acompanho o eminente Relator também no mérito.

OS DES. OSWALDO PROENÇA, LUIZ MELÍBIO U. MACHADO, RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR E EGON WILDE, de acordo com o eminente Relator.

O SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 592097182, de Porto Alegre - "A unanimidade, rejeitadas as preliminares, e em votação majoritária, julgaram procedente a ação direta e declararam a inconstitucionalidade do Art. 1º, da Lei nº 06, de 18.06.63, do Município de Novo Hamburgo, vencidos os Des. Tesheiner e Milton Martins."

NO.